

EMPODERAMENTO FEMININO NAS ASSOCIAÇÕES DE MULHERES NO ESTADO DO PARÁ¹

Maria Luzia Miranda Álvares²

RESUMO: Ações conjugadas entre o movimento de mulheres e os órgãos de proteção internacional aos direitos humanos culminaram na IV Conferência sobre Mulher, Desenvolvimento e Paz (BEIJING, 1995) e seguiram as discussões sobre as Metas para o Desenvolvimento do Milênio (MDGs/ONU). Este artigo trata da contribuição desse movimento para as discussões referentes à ampliação da representação política feminina. Por meio de levantamento de dados entre as lideranças de movimentos de mulheres no Pará, buscou-se identificar: mecanismos de apoio/motivação das associadas para a competição eleitoral; relação entre partidos e movimentos de mulheres no recrutamento de candidaturas; políticas de empoderamento na formação de lideranças femininas. Preliminarmente, verifica-se um déficit de candidaturas de associadas a cargos de decisão política. Argumenta-se que os movimentos de mulheres têm sido contemplados nas demandas e no controle das políticas públicas conquistadas, com agendas para o empoderamento feminino. Duas questões: a) quais ações estimulam o acesso das associadas ao cargo parlamentar e/ou majoritário sugerido na Carta de Beijing? b) em que proporção essas ações influenciaram esse acesso aos cargos formais? Tem-se como hipótese que a atuação dos movimentos de mulheres e feministas, entre as associadas, incentiva a formação de uma cultura de empoderamento que as estimula a concorrer a eleições. As fontes primárias e secundárias forneceram argumentos para o levantamento de dados. Resultado: as associadas dos movimentos de mulheres cumprem as metas do milênio (ODM-ONU) criando estratégias de empoderamento; a política formal não está nos seus planos por existirem outras prioridades; os partidos indicam os filiados com mais prestígio; os partidos não se importam e não investem na formação política das mulheres; fazem o “jogo” masculino da articulação eleitoral.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento de mulheres. Feminismo. Eleições. Representação. Empoderamento.

WOMEN'S EMPOWERMENT IN WOMEN'S ASSOCIATIONS IN THE STATE OF PARÁ

ABSTRACT: Joint actions between the women's movement and international human rights protection agencies culminated in the Fourth Conference on Women, Development and Peace (Beijing, 1995) and followed discussions on the Millennium Development Goals (MDGs/UN). This article deals with the contribution of this movement to the discussions concerning the

¹ O presente texto baseia-se em partes do relatório final do projeto de pesquisa “Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político” (CNPq-SPM -Processo 402518/2010-1), aprovado em maio 2013. Na oportunidade, agradeço os recursos recebidos dessa agência financiadora que me possibilitaram adentrar nesse novo percurso metodológico de análise. Agradeço aos bolsistas do projeto: Carla Moreira, Thais Pinheiro, Manuela Rodrigues, Nilson Souza Filho, Thiago Paiva, Adson Pinheiro, Taritha Figueiredo e Benedito dos Santos que percorreram rios e estradas nos municípios paraenses em busca de histórias singulares de mulheres nos movimentos políticos. O texto foi apresentado no 13MM-Mundos de Mulheres Fazendo Gênero - <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/>

² Doutora em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Docente da Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Faculdade de Ciências Sociais (IFCH/FCS). Belém-Pará-Brasil. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Eneida de Moraes Sobre Mulheres e Relações de Gênero (GEPem/UFPA).

expansion of women's political representation. A survey of data among the leaderships of women's movements in Pará sought to identify: mechanisms to support/motivate members in electoral competition; the relationship between parties and women's movements in recruiting candidacies; and empowerment policies in the formation of female leaderships. Preliminarily, there was a deficit of candidates for political decision-making positions. It has been argued that women's movements have been taken into account in the demands and control of public policies achieved, with agendas for women's empowerment. Two questions: a) what actions stimulate the access of women members to the parliamentary and/or majority positions suggested in the Beijing Charter? b) in what proportion have these actions influenced this access to formal positions? The hypothesis is that the actions of women's and feminist movements, among the members, encourage the formation of a culture of empowerment that encourages them to run for election. Primary and secondary sources provided arguments for the data collection. The result: women's movement members meet the millennium goals (MDG-UN) by creating empowerment strategies; formal politics is not in their plans because they have other priorities; the parties indicate the most prestigious members; they do not care and do not invest in women's political training; they play the male "game" of electoral articulation.

KEYWORDS: Women's movement. Feminism. Elections. Representation. Empowerment.

EL EMPODERAMIENTO DE LAS MUJERES EN LAS ASOCIACIONES DE MUJERES DEL ESTADO DE PARÁ

RESUMEN: Las acciones conjuntas entre el movimiento de la mujer y los organismos internacionales de protección de los derechos humanos culminaron en la Cuarta Conferencia sobre la Mujer, el Desarrollo y la Paz (Beijing, 1995) y siguieron a los debates sobre los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM/ONU). Este artículo trata de la contribución de este movimiento a los debates sobre la expansión de la representación política de la mujer. Un estudio de datos entre los dirigentes de los movimientos de mujeres en Pará trató de identificar: los mecanismos para apoyar/motivar a los miembros en la competición electoral; la relación entre los partidos y los movimientos de mujeres en el reclutamiento de candidaturas; y las políticas de empoderamiento en la formación de los dirigentes femeninos. Preliminarmente, había un déficit de candidatos para puestos de decisión política. Se ha argumentado que los movimientos de mujeres han sido tenidos en cuenta en las demandas y el control de las políticas públicas logradas, con agendas para el empoderamiento de las mujeres. Dos preguntas: a) ¿qué acciones estimulan el acceso de las mujeres miembros a los cargos parlamentarios y/o mayoritarios sugeridos en la Carta de Beijing? b) ¿en qué proporción estas acciones han influido en este acceso a los cargos formales? La hipótesis es que las acciones de los movimientos femeninos y feministas, entre los miembros, fomentan la formación de una cultura de empoderamiento que les anima a presentarse a las elecciones. Las fuentes primarias y secundarias proporcionaron argumentos para la recopilación de datos. El resultado: los miembros del movimiento de mujeres cumplen los objetivos del milenio (ODM-ONU) creando estrategias de empoderamiento; la política formal no está en sus planes porque tienen otras prioridades; los partidos señalan a los miembros más prestigiosos; no les importa y no invierten en la formación política de las mujeres; juegan el "juego" masculino de la articulación electoral. **PALABRAS CLAVE:** Movimiento de mujeres. Feminismo. Elecciones. Representación. Empoderamiento.

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos de mulheres e de feministas traduzem seu programa de reivindicações políticas pelos direitos das mulheres na ação coletiva. Compartem, com os demais movimentos sociais, a busca de provocar mudanças necessárias em parte ou no todo das instituições que abrigam padrões normativos de regras patriarcais. Procuram criar uma ordem social diferenciada, sem o preconceito e a desigualdade que atingem, secularmente, a vivência desse gênero.

Ao tratar de feministas e de movimentos de mulheres, deve-se considerar que as duas categorias se integram, articulam-se, interagem e procuram promover o objetivo central de suas lutas, que é o da valorização das mulheres enquanto ser humano (COSTA, 1998; 2005; ALVAREZ, 1990). Estas categorias evidenciam um dos pontos mais importantes dessa nova trajetória, comparativamente exemplares:

O movimento ressignificou o poder político e a forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder as formas em que é exercido. Distingue-se dos outros movimentos de mulheres por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e o Estado e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não existência de esferas de decisões hierarquizadas (COSTA, 1998).

É com esta filosofia que as feministas brasileiras interagem com os movimentos de mulheres, programam as suas práticas de discussão da esfera pública e constroem o novo conceito da política. Considerando que os recursos pessoais acumulados e o padrão de representatividade social que constituem na atuação nos movimentos de mulheres e em suas bases locais de moradia podem ser fatores de incentivo para a carreira política que possam empreender, intentou-se identificar a contribuição dessas organizações em capacitações e ativismo de suas associadas para o empoderamento, com vistas ao interesse para a competição eleitoral.

Nesta acepção, espera-se demonstrar a polarização das agendas da articulação de mulheres para o tempo da conquista de espaços da decisão política e de melhorias da qualidade de vida com as ações de empoderamento, com as ideias de Beijing 1995 e de conferências caracterizadas como Beijing +.

O presente texto foi extraído de registros e dados do relatório da pesquisa do projeto em referência e visa evidenciar as ações de empoderamento da agenda de políticas públicas conquistadas pelas mulheres em movimento organizado no Pará que propiciaram ou não estímulo ao acesso em cargos parlamentares e majoritários. Margeiam-se alguns pontos: a) o recorte metodológico e a dimensão do estudo de caso; b) a prioridade à capacitação das associadas sobre assuntos mais urgentes experienciados na comunidade, sem grande ênfase a temas que favoreçam candidaturas aos cargos eletivos; c) a relativa aproximação com o partido político, apesar de filiadas; d) no período eleitoral, os líderes partidários indicam as associadas que têm maior reconhecimento público e político local; e) ainda que filiadas e militantes do partido, as mulheres são preteridas pelas lideranças, que indicam filiados homens a uma vaga parlamentar ou majoritária.

2 BASTIDORES, CENAS E CENÁRIOS PARAENSES: ATORES, HISTÓRIAS, CONTATOS

Fontes primárias e secundárias delinearam o cenário municipal para as visitas aos movimentos de mulheres no Estado do Pará. O recorte geográfico inicial foi de 100 cidades paraenses a serem visitadas, distribuídas em mesorregiões e microrregiões (IBGE)³. Dentre essas, 70 cidades foram visitadas, com escolha das depoentes, coordenadoras e associadas dos movimentos de mulheres dos municípios selecionados. Observou-se um número significativo de associações, algumas já desaparecidas e outras sendo criadas, no período das visitas às localidades (2010-2011).

No total, foram entrevistadas 114 associadas e 89 coordenadoras de organizações. O procedimento contemplou: convite/contato ⇒ plano de viagem/agenda conciliadora entre os movimentos de mulheres e a equipe ⇒ aplicação de questionários e gravação de imagens e entrevistas ⇒ tratamento dos cadernos de campo e das gravações e registros fotográficos, apoiados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A metodologia caracterizou-se como quali-quantitativa no tratamento dos dados.

Uma segunda etapa do *survey* (BABBIE, 2001) incluiu dois tipos de questionários, que foram aplicados às associadas e às coordenadoras dos movimentos de mulheres, sobre suas vivências e ações políticas. Um questionário com 65 questões foi direcionado às associadas e outro, com 70, às coordenadoras. Ambos continham perguntas de múltipla escolha, abertas e

³ Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>

fechadas, agrupadas em cinco seções, com algumas questões diferenciadas para as duas categorias⁴.

O interesse era avaliar o perfil de mulheres pertencentes aos movimentos e a sua circulação no ativismo político-cívico. Era necessário entender a sua trajetória pessoal e política, o grau de representatividade em sua cidade de origem e o capital social acumulado que poderia ser utilizado como incentivo pelas atividades desenvolvidas na sua formação política por meio do movimento.

A avaliação dos debates verificados nos movimentos de mulheres e feministas no Pará, principalmente os enfoques dos acordos de Beijing (1995) e as atuais Metas para o Desenvolvimento do Milênio (MDGs) pelas Nações Unidas, ocorreu, inicialmente, em um primeiro *survey*, aproveitando-se o período da II Conferência Estadual de Políticas para Mulheres, em 2007. O segundo, sucedido no período de 2009/2011, incluiu algumas mudanças já discutidas em duas outras Conferências e inovações realizadas em dois Planos Nacionais de Política para as Mulheres. Foi criada a Comissão Tripartite para a revisão da Lei Eleitoral n. 9.504/1997 e aprovada a Lei n. 12.034/2009 pela Secretaria de Política para as Mulheres (SPM/PR), com evidência de novas formas de estimular o empoderamento, entre as quais, a reformulação dos termos da Lei de Cotas, de acesso das mulheres aos cargos de decisão política.

Os movimentos de mulheres paraenses estavam atentos às aludidas discussões. Contudo, com base em explicações dadas por essas mulheres, a questão da política formal com demanda por um cargo de representação política não estava entre os assuntos da agenda prioritária dos movimentos, que privilegiavam temas, sem dúvida, muito relevantes sobre geração de renda, saúde e violência doméstica, sem, no entanto, avaliar a promoção de debates sobre o fortalecimento e a autonomia das mulheres em instâncias de decisão e de poder. Não registravam indícios de que questões como sistema eleitoral, lista aberta, representação parlamentar e partidos políticos fossem inclusas nas várias agendas propostas como metas anuais de discussão interna.

No segundo *survey*, também temas como violência doméstica e sexual contra a mulher, programas de atenção à saúde da mulher, de geração de emprego e renda e capacitação, direito à moradia, à educação, à bolsa família e educação, e reconhecimento de si próprias como pessoas humanas com direitos individuais, apresentaram os percentuais mais altos, na versão das associadas, ao referirem assuntos tratados pela associação. Enquanto os que abordavam a

⁴ Questões tratadas: A – Identificação da associada/associação; B - Trajetória política; C - Empoderamento e capacitação nos movimentos de Mulheres; D – Participação político-partidária; E – Atividade de campanha (para a associada candidata em dada eleição).

política específica, como eleições, partidos políticos apresentaram a taxa mais baixa na extensa lista.

Dessa forma, perguntou-se: o capital social que as associadas construíam nesses movimentos enquadrava-as numa trajetória política que as definisse como lideranças em seus locais de origem? Seu tempo de trabalho em casa as excluía do tempo político fora de casa? Eram militantes de partidos ou consideravam também a inserção nessas organizações uma atitude não tão significativa? Como viam o trânsito entre as lideranças do movimento ao qual pertenciam e seu interesse em candidatar-se sendo filiadas a um partido político? Sentiam motivação para a competição eleitoral? Discutiam uma maior capacidade de aprovação de políticas públicas para as mulheres em todos os âmbitos mantendo reservas às que possibilitassem o incremento da “política de presença” (PHILLIPS, 2001)?

3 PERFIL DAS ENTREVISTADAS?⁵

Em sua maioria, as mulheres entrevistadas estava na faixa etária de 50 anos ou mais (32,46%); paraenses (78,07%), casadas (39,47%); mais de 3 filhos (32,46%); com o 2º grau completo de escolaridade (28,07%), embora 18,42% tenha informado o 3º grau completo; religião católica (71,05%); profissão e ocupação principal prevalecendo as trabalhadoras rurais (28,95% e 22,80% respectivamente), renda pessoal em menos de 2 salários mínimos (44,74%) e renda familiar de 2 a 4 salários mínimos (37,72%)⁶.

Quanto à representatividade social das associadas no lugar de moradia, percebeu-se que o reconhecimento de seu prestígio social, pela população do município, era alto (52,63%). Porém, 39 associadas sentiam-se medianamente reconhecidas (34,21%) e apenas 7 (6,14%) responderam ter um baixo grau de reconhecimento⁷.

Uma questão se evidencia: é plausível supor que o grau de prestígio social assim percebido venha de sua atividade, quer em seu ambiente de trabalho, quer em sua participação no movimento de mulheres. A trajetória política das associadas tornou-se importante variável por evidenciá-las no cenário de sua vida cotidiana. Elas tinham presença em outros movimentos sociais⁸, como o movimento de igreja (63,16 %), o sindical (43,86 %), o

⁵ Este artigo registra os resultados do processo de análise estatística em quadros e figuras componentes do relatório final apresentado e aprovado pelo CNPq.

⁶ As tabelas constam no relatório final CNPq, processo n. 402969/2008-1.

⁷ Dados extraídos dos questionários. N= 114 casos.

⁸ Há casos de algumas que criaram seu próprio movimento comunitário.

comunitário (39,47 %), outro movimento de mulheres (29,82%), e o estudantil (11,40 %). De modo geral, o percentual de participação das associadas é expressivo no movimento de igreja e de sindicato.

Participar de associações cívicas, políticas e voluntárias converge com argumentos de teóricos clássicos que correlacionam essa participação com o fortalecimento da democracia, pois repercute na formação do capital social do/a cidadão/ã. Robert Putnam (2000) focalizou seus estudos sobre as associações que promovem a participação política e a eficácia da governança, ao favorecerem a formação de redes sociais. Redes geram confiança interpessoal que alimenta a capacidade do trabalho compartilhado e cria vínculos sociais com vistas ao bem-estar social, formando o que o autor chama de capital social, um capital relacional, portanto, que as associações têm o potencial de fomentar.

4 EMPODERAMENTO & TRAJETÓRIA POLÍTICA DAS ASSOCIADAS

O conceito de empoderamento tornou-se eixo central dos debates sobre inclusão/exclusão de sujeitos sociais aspirantes de uma identidade construída por meio da participação no poder público. Nessa linha de pensamento, prestou-se atenção aos *déficits* das mulheres no âmbito do poder, quer no plano formal das normas institucionais, quer no da cultura. Houve generalização desse conceito em âmbito internacional, nacional e local nas últimas décadas, embora sua aplicação inicial fosse direcionada à redução da pobreza nos países do sul asiático, seguindo-se a situação das mulheres (cf. J. ROWLANDS, 1997 apud LÉON, 2001).

Na América Latina, o primeiro registro de uma oficina que utilizou, explicitamente, o conceito em questão e a metodologia correspondente data de 1995 e foi observado no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais (México). A sua propagação levou à diluição de seu significado, ao criar ambivalências e contradições, visto que pressupunha conquista do poder, mas de uma maneira vaga. Dessa forma,

empoderarse significa que las personas adquieren el control de sus vidas, logran la habilidad de hacer cosas y de definir sus propias agendas. Al relacionarse con los intereses de los desposeídos de poder, el término se toma como expresión de un cambio deseable, sin ahondar en las especificidades que tal cambio implica; es decir, sin precisar su significado (LEÓN, 2001, p. 96).

Um dos pontos analisados foi o processo de empoderamento relacionado às conquistas de direitos fundamentais pelas mulheres, inclusive o autorreconhecimento do poder adquirido na forma de capital social, ao encaminhar questões relativas à trajetória pessoal das associadas e as estratégias dos movimentos na utilização de técnicas de capacitação política. Em treze questões, foram explorados os meios, os modos, os temas e os mediadores de uma educação informal, em programação de estudos que pudessem estar disponíveis às associadas. Conforme os resultados apontaram, são as lideranças da associação de mulheres que organizam (92,98%) e ministram (72,8%) cursos (72,81%), palestras (71,93%), seminários (52,63%), encontros (50,88%), reuniões (85,96%) e plenárias (14,91%) sobre os temas mais variados. Há outras instâncias capacitadoras: o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP) (21,9 %); o núcleo mulheres e a direção dos Sindicato de Trabalhadoras/es Rurais (STRs) (20,2%); os partidos políticos (18,4%); o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (23,7%), a direção das mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (14,0%), o Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC) (16,7%), a União Brasileira de Mulheres (UBM) (7,0%).

Já que o processo de empoderamento converge para a demanda por informação qualificada que assegure às mulheres o maior conhecimento sobre sua autonomia, ou seja, sobre sua capacidade de decidir questões que lhes dizem respeito, foram elencados 20 temas para múltipla escolha das associadas, os quais, possivelmente, estariam na agenda de suas discussões. Os assuntos mais assinalados, com percentual acima de 70%, referiam programas de geração de emprego e renda e capacitação (76,32%); violência doméstica e sexual (71,93%); política de apoio a pequenos produtores (70,18%); políticas de atenção integral à saúde da mulher (70,18%).

Na faixa percentual de 60%, encontram-se temas como o direito à moradia, à educação, à bolsa família (68,42%); à participação política; e à eleição a cargos políticos (66,67%); estratégias para acesso à educação, geração de renda e cultura (64,91%); combate à discriminação no trabalho (63,16%); desigualdade de gênero e seu impacto sobre as mulheres (63,16%); peso do trabalho doméstico (reprodutivo); e peso do trabalho fora de casa (produtivo) (60,53%).

Alguns temas receberam apoio em 50% das assertivas, por exemplo, o reconhecimento do prestígio social das mulheres com direitos individuais (59,65%) e a sua história de luta nos locais onde residem (57,02%). Tiveram percentual equivalente de respostas os seguintes: acesso à terra; políticas públicas; e programas dos governos contra as desigualdades no trabalho, na

casa e na política (53,51%). Outro tema também ficou nessa faixa: eleições, campanha, filiação e militância partidária (50,0%).

Quanto aos temas mais específicos da política formal, nove outros tópicos foram agrupados em questão sobre motivos de capacitação ou palestra entre as associadas. Assim distribuíram-se as respostas: participação política (51,06%); política partidária (42,5%); democracia e cidadania (51,06%); partidos políticos (36,17%); eleições (51,06%); campanha eleitoral (46,81%); reforma do sistema político brasileiro com base nos I e II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) – SPM/PR (36,17%); reforma do sistema eleitoral (23,40%); empoderamento de mulheres para os cargos de decisão política (44,68%). O indicativo para ministrantes desses assuntos citou os dirigentes e militantes partidários, mas estes foram os que receberam os mais baixos percentuais (de 19 a 8 %), evidenciando-se, mais uma vez, que as lideranças dos movimentos de mulheres são as responsáveis por tratarem desses temas com suas associadas (46,81%).

O referido *script* procurou identificar se havia *déficit* de informações sobre a ampliação da representação feminina nos cargos de decisão política. Essa temática fora discutida na IV Conferência Mundial sobre a Mulher - Mulheres 2000: Igualdade de gênero, Desenvolvimento e Paz para o Século XXI (Beijing +). A esse respeito, indagava-se também se elas haviam incluído o assunto em seus debates. Como referido, encontraram-se aí os mais baixos percentuais. O dado, contudo, não deve ser tomado como assunto dispensável na agenda das discussões das associadas, ou prova de seu pouco interesse por tema político, como o imaginário social registra. O que se verifica é que há temas considerados como mais urgentes, para os quais as associadas necessitam de empoderamento para decisões imediatas da sobrevivência familiar.

Outro resultado desse *survey* é a evidência de uma trajetória política relacionada às mulheres associadas, ao compartilharem ações coletivas de demandas públicas com os grupos de mulheres aos quais estão integradas.

O enfoque em questão é crucial para esclarecer melhor a definição da política e o processo de empoderamento inscrito nas demandas do II PNPM em seu “Capítulo 5 – Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão: Objetivos, metas e prioridades”, nos quais também se inscreve um “Plano de ação”. O capítulo detalha as condições que conduzem à sub-representação feminina nas diversas instâncias de decisão política, inclusive a cultura sexista historicamente constituída. São fatores que incidem na ausência desse gênero dos cargos parlamentares e executivos e na sua pouca participação em competições eleitorais, embora propondo candidaturas, a maioria sem êxito.

5 RECRUTAMENTO, PARTIDOS E COMPETIÇÃO ELEITORAL

A competição eleitoral na democracia representativa relaciona-se a uma função partidária primordial: o recrutamento de candidaturas. Trata-se do processo de constituição da lista de candidatos/as entre os membros filiados, tanto aqueles que oferecem o seu nome quanto os demandados pelas lideranças para a competição.

Historicamente, na democracia representativa moderna, a ausência das mulheres dos direitos de cidadania política, expressa no direito do voto, suscitou reações, a começar pelo sufrágio. Este movimento feminista considerava que, pelo voto, as mulheres teriam o apoio institucional necessário aos direitos naturais de liberdade e igualdade inscritos nos princípios democráticos. A conquista desse direito de cidadania ampliou, gradativamente, as demandas políticas das mulheres por equidade de gênero e por *empowerment*. Contudo, a dimensão cultural segue expressa nos baixos índices de mulheres filiadas a partidos ou na representação parlamentar. Seguiram-se duas situações históricas vividas por este gênero: a baixa motivação para a carreira política e a submissão a um comando familiar para inscrever-se no partido. No primeiro caso, há toda uma relação de exclusão que incidiu na sua participação política, referente à entrada tardia na cidadania civil e política às opções pessoais voltadas a outros interesses, classificando-se a atividade político-eleitoral como próprias aos entes masculinos. No segundo caso, vale ressaltar a cooptação familiar dos chefes políticos que conduziram, para dentro do partido, homens e mulheres, com o fim de garantir a legalidade da criação do partido, na condição de filiadas/os “laranja”. Esta prática não racionaliza a importância das mulheres em competir, pois servem apenas como peso numérico para o partido.

O Relatório da Comissão Tripartite (2009, p. 14) sintetiza esses processos:

O problema da sub-representação não é uma questão das mulheres, nem se explica por incapacidade ou despreparo das mulheres decorrente do déficit histórico de participação que lhes foi imposto e que as transformou e mantém como minoria política. Os dados e análises da realidade demonstram que a questão é muito mais profunda. Estruturas sociais precisam ser mudadas, em especial a divisão sexual do trabalho, condições de vida das mulheres, aspectos culturais, assim como a cultura política e o próprio sistema político, cujas deficiências já estão apontadas na Plataforma Política Feminista elaborada em 2002, quando da realização da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras.

O *survey* testou as evidências do processo da baixa motivação das mulheres na competição eleitoral ao examinar o comportamento de um grupo engajado em associação, em torno do fenômeno eleitoral e sua forma de participação político-partidária. Assim, verificou-

se que 58,77% das associadas são filiadas a um partido⁹, por exemplo: Partido dos Trabalhadores (PT) (56,72%); Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (10,45%); Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (5,97%); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT) (4,48%); Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Social Cristão (PSC) e Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB) (2,99%). Os demais partidos citados são: Democratas (DEM), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Progressista (PP), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Social Democrata Cristão (PSDC) e Partido Verde (PV) (1,49%). Entre as 114 associadas, 41,23% não se filiaram a nenhum partido. Mas, evidenciou-se que mais da metade das mulheres projeta seu ativismo inscrevendo-se, formalmente, na organização partidária, havendo, também, uma opção suprapartidária entre elas.

A trajetória das associadas filiadas a partidos apontou que 28,95% já havia se candidatado ao cargo de vereadora (90,91%); vice-prefeita (9,09%); prefeita e vice-prefeita e deputada estadual (3,03%). Além disso, observou-se que elas chegaram à lista partidária por indicação (90,91%) e apenas 9,09% ofereceram seu nome. Oferta e demanda de nomes são elementos importantes para entender como se produzem candidaturas.

O recrutamento partidário é uma função pouco estudada e muito menos valorizada pelos estudiosos dos partidos políticos, os quais costumam afirmar que esse mecanismo não ocorre no Brasil. Dessa forma, pergunta-se: quem teria sido responsável pela indicação/recrutamento/demanda das associadas? Embora haja uma tendência à indicação de candidaturas para preencher a cota de gênero (21,21%), a tendência partidária a qual pertenciam também foi um ator importante (21,21%), assim como o movimento de mulheres (15,15%) e as indicações pela direção do partido (42,42%).

Quanto ao capital social que motivou a sua indicação, as associadas consideram que foram indicadas devido à sua trajetória política (33,33%), pessoal (24,24%)¹⁰ e, também, ao seu percurso profissional (21,21%). A base familiar teve certo ímpeto (9,09%), enquanto as duas outras - tendência partidária e cota partidária - não foram, assim, tão expressivas para o recrutamento partidário.

⁹ De 114 casos.

¹⁰ Nos estudos de Álvares (2004), corresponde à tríade dos antecedentes sociais (política, profissional, familiar).

6 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PARTIDÁRIA NA ASSOCIAÇÃO

Entre a atuação nos movimentos como forma de ação coletiva, a implementação de políticas públicas e o ativismo político-partidário, que é uma ação específica da democracia representativa, há um diferencial importante. Uma das preocupações, nesse sentido, observadas com base no *survey*, foi não apenas ter presente a versão das associadas, mas também procurar verificar o quanto as coordenadoras dos movimentos têm desenvolvido, por meio do crescimento da representação feminina nos cargos de poder e decisão política, o acesso a direitos.

No tocante ao relacionamento com o partido político, as associadas informaram que são convocadas para fazer a campanha dos candidatos (39,33%), seguindo-se a necessidade de comporem a cota de gênero (32,58%) e a cota partidária junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) (17,98%). As informações revelaram que os movimentos fazem serviço partidário e que o partido não oferece formação política, apesar de o número de filiadas ser representativo. Nesse caso o *survey* apontou 58,77% de filiadas aptas a concorrer a um cargo eletivo. Dentre essas, as associadas que competiram ao cargo de vereadoras em algum pleito eleitoral foram eleitas (81,48%). Os demais cargos mostraram-se pouco significativos, como a secretaria do partido e demais funções de mesma natureza.

7 MULHERES EM MOVIMENTO(S): AÇÃO, ATUAÇÃO E INVENÇÃO DE (NOVAS/VELHAS) FORMAS DE EMPODERAMENTO PARA ALCANÇAR ESPAÇOS DECISÓRIOS DE PODER POLÍTICO

A presente pesquisa buscou captar as maneiras criadas pelas mulheres dos movimentos para se empoderarem e capacitarem as suas parceiras para o enfrentamento ao *status quo* que definia a política como “prática masculina”. Todavia, na convivência com a realidade dessas associadas, as questões norteadoras do *survey* não se confirmaram. Observaram-se tipos de estratégias supostamente de negação da política, mas plenamente inseridas na arena que as acolhia em seus cenários de convivência, explorando a arte de fazer política ao seu modo. Esse outro lugar, o dos “bastidores” da cena social, para elas, era a própria arena onde enfrentavam o sexismo, as discriminações, as normas de “bem viver” e, acima de tudo, suas necessidades básicas - e da própria comunidade. Com a tomada de consciência da natureza dessas necessidades/desigualdades presentes no interior da sociedade/comunidade, na relação de exploradas/discriminadas, essas mulheres avaliaram seu potencial e inventaram/inventam

modos de atuar para modificar essa relação. Assim, criam parcerias, animam outras mulheres para “entrarem no ritmo” e, muitas vezes, ao desconhecerem os resultados, avançam para o enfrentamento.

As respostas ao questionário não revelam a aproximação das associadas com o partido político, embora quase 60% delas sejam filiadas e chamadas para integrarem as cotas de gênero e partidária em períodos de eleições, assim como para fazerem o serviço de campanha. Esse dado é indicativo de que a organização partidária não é vista como elemento de primeira necessidade em suas maneiras de empoderamento para a política formal.

Outro agravante para pensar o distanciamento entre movimentos de mulheres e feministas e partido político é que as temáticas específicas para capacitação ao empoderamento de indicativo político são pouco representativas para elas. Nas suas falas, há uma quase ausência de referências aos partidos. Entretanto, a vivência no campo, em dois anos de pesquisa realizada pela autora do presente artigo, revelou estratégias de empoderamento que emergem para a superação das desigualdades enfrentadas. Esses achados permeiam tanto as respostas recolhidas nos questionários, quanto as intervenções que mulheres membros de associações fizeram durante um simpósio do qual participaram na Universidade Federal do Pará, em 5 e 6 de maio de 2011¹¹.

Deduz-se, dessa forma, que as referidas associações de mulheres estão criando capital social essencial para o bem comum por meio da confiança (a que Putnam refere) que demonstram no processo de reconhecimento de suas ações. Alinhado à tradição republicana, ao dialogar com Platão e Maquiavel, Putnam atribui ao civismo comunitário tanto um aspecto mobilizador quanto de criador de um conjunto de referências comuns sobre a realidade. Isso está proposto nas estratégias das mulheres dos movimentos que se envolvem em busca de suas demandas principais, organizando-se entre as parceiras de mesmo destino em suas comunidades, sem atribuir tanta importância à arquitetura organizacional do poder político formal. Mesmo assim, os partidos exploram sua capacidade de participar do processo de decisão política que, para R. Dahl (2005), é criada por mecanismos de “treinamento social”. Então, no caso em estudo, verifica-se que as associadas reconhecem que não estão mais interessadas em ser o “rabo”, mas sim, a “cabeça”¹² nas situações e funções políticas que lhes cabem por conquistas. Entretanto, se ainda não despertaram, pelos motivos já expostos, para o fato de que o específico da participação política formal tende a necessitar de um “treinamento”, nas regras

¹¹ “SIMPÓSIO: Democracia e Participação Política nos Movimentos de Mulheres e Feministas no Pará: Cenários, práticas de empoderamento e espaços de decisão política”, nos dias 5 e 6/05/2011.

¹² Expressão usada por uma coordenadora do Movimento de Mulheres de Tucuruí/PA.

competitivas, supondo o modo como desempenhar essa representação, pelo menos avaliaram que entrar “no jogo” para chegar às câmaras e prefeituras inclui novas estratégias.

As novas estratégias podem ser traçadas com base nos contextos sociais nos quais as mulheres se inserem. As relações sociais tendem a constituir, em maior ou menor grau, formas de capital, isto é, recursos a serem utilizados conforme as necessidades dos agentes nos jogos sociais. Segundo Bourdieu (1980), são três as formas de capital decisivas: econômica, cultural e social. No caso das associações de mulheres em questão, atenta-se, em especial, para o capital social, isto é, para as redes de relações sociais de que participam.

Para Bourdieu (1985), o nível de capital social acumulado por uma pessoa vai depender da dimensão da rede de relacionamentos que efetivamente pode mobilizar e, por essa via, acessar os recursos que aí circulam, incluindo os capitais das pessoas que integram essa rede. Esses recursos são econômicos, culturais e políticos, e têm o potencial de contribuir para a autonomia e a independência das mulheres e para a viabilidade de suas associações. Portanto, fazem parte da espiral que elas constroem para avançar na participação política informal e catalisar recursos para um projeto mais estrito, na política formal.

Entretanto, o empoderamento se inscreve como evidências de reconhecimento ou prestígio social para que as mulheres associadas sejam vistas como potenciais candidatas nas eleições. Isso não ocorre porque, no âmbito dos partidos políticos, prevalece a situação na qual elas se veem sem confiança para a atuação na política formal, visto que as lideranças só as procuram para projetos pontuais de serviço partidário em época eleitoral.

Dessa forma, as práticas que as associadas aplicam na formação do empoderamento caminham pela captura de oportunidades econômicas para terem seus próprios meios materiais, a por exemplo, a comercialização de produtos próprios, a sua presença em outros movimentos sociais, afora o de sua própria categoria e, notadamente, a sua presença nas associações de mulheres. Assim, cresce a sua autoestima e a visibilidade social que lhes confere reconhecimento nas comunidades onde vivem despojadas das limitações impostas pelas pressões familiares, os seus antecedentes sociais. Nasce, deste modo, a valorização para que sejam vistas como candidaturas potenciais nas eleições e/ou em cargos de diretoria nos partidos políticos, para além das funções de secretaria ou de serviços com menor visibilidade e poder de decisão.

Dessa forma, nas considerações finais do presente estudo e pesquisa, a síntese apoiadora é a seguinte:

- ✓ As associadas dos movimentos de mulheres estão cumprindo as metas do milênio (ODM-ONU) ao criarem suas estratégias de empoderamento;
- ✓ Elas privilegiam as necessidades básicas demandadas por mulheres de outras comunidades e de sua própria comunidade;
- ✓ A política formal não está nos seus planos porque as evidências de situações hostis de enfrentamento, como a pobreza e a violência doméstica, se constituem numa linha de fogo para atingir a superação;
- ✓ As associadas não são estimuladas à competição eleitoral e se sentem discriminadas pelas lideranças dos partidos na escolha de filiados homens, pois são vistos com maior prestígio;
- ✓ Os partidos políticos não se importam com formação política para essas mulheres engajadas em movimentos, e estão muito mais interessados em fazer o “jogo” de articulação política com a “cara masculina” em tempo de eleição.

Possivelmente, há outras evidências para uma síntese desse porte, contudo foram estes pontos que a equipe considerou neste primeiro momento de leitura de seus achados na pesquisa.

Para finalizar, segue a seguinte proposta:

- a) revisão das formas de empoderamento com a inclusão de mais uma ênfase, com discussões sobre as temáticas específicas registradas que se encontram empobrecidas de debates;
- b) sensibilização dos partidos políticos à presença das mulheres filiadas e a criação de uma agenda de formação para as mulheres, independentemente do tempo eleitoral;
- c) fortalecimento de candidaturas femininas, sem que isso represente obrigação das cotas ou serviço partidário, para uma integração com as suas demandas nessa área, sem esquecer as reivindicações básicas pelas quais elas tanto lutam.
- d) responsabilização para avaliar a relação partido & mulheres & poder, hoje, e enfrentar os resultados sem medo de perdas eleitorais. Mulheres são a maioria do eleitorado no Brasil!
- e) um lema para tratar esse assunto de empoderamento: **A “mudança de regras” do processo decisório seria fortalecer a cultura política feminista nas relações de gênero.**

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luzia M. **Projeto “Os movimentos de mulheres e feministas e sua atuação no avanço das carreiras femininas nos espaços de poder político”**. Belém: GEPEM/UFPA; CNPq-SPM 2008-2011. Processo 402518/2010-1.

ÁLVARES, Maria Luzia M. **Mulheres na Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e o Padrão de Carreira Política no Brasil**. Orientador: Dr. Jairo Marconi Nicolau. 2004. 357 fls. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ÁLVAREZ, Sonia E. *Engendering democracy in Brasil: Women’s Movements in Transition Politics Princeton*: Princeton University Press, 1990. 304 pp.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2008.

COMISSÃO TRIPARTITE para a revisão da Lei 9.504/1997. **Relatório Final**. Brasília, DF, 2009 Disponível em:

http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/direitos-e-legislacao/legislacao/relatorio_final_da_comissao_tripartite_para_a_revisao_da_lei_9504_97.pdf . Acesso em: 26 jun. 2017.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS MULHERES, IV, 1995, Beijing, CN. **Declaração e Plataforma de Ação**. Beijing, 1995.

COSTA, Ana Alice. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Labrys, estudos feministas**, Madrid, p.111-222, jan./jul., 2005. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys7/liberdade/anaalice.htm#_edn1. Acesso em: 26 jun. 2017.

COSTA, Ana Alice A. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

DECLARAÇÃO do Milênio. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>

LEÓN, Magdalena. *El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de gênero*. **La Ventana**, v. 02, n. 13, p. 94-106, 2001. Disponível em: <http://www.revistascientificas.udg.mx/index.php/LV/article/view/553/576>. Acesso em: 26 jun. 2017.

NORRIS, Pippa. *Women, in electoral engineering: voting rules and political behavior*: Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PUTNAM, Robert D. *Bowling Alone* apud NORRIS, Pippa. In: **Making Democracies Work: Social Capital and Civic Engagement in 47 Societies – 2003**, 35 p. <https://www.pippanorris.com/articles> (Tradução do artigo: Alvares, M.L.M.)

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? **Revista Estudos feministas**, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100016>. Acesso em: 26 jun. 2017.

PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA. Aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, Brasília 6 e 7 de junho de 2002. Brasília/DF, 2002. Disponível em: https://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=687:plataforma-politica-feminista-e-aprovada-em-brasilia&catid=97:numero-113-junho-de-2002&Itemid=129

DADOS ELEITORAIS. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/> Acesso em 2008 a 2011.

